



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0101/2021

Secretaria de Administração

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e, subsidiariamente, Lei 8666/93.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de elaboração e execução de projetos técnicos de regularização fundiária do Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista em São João do Manhuaçu/MG, conforme contrato de repasse nº 894594/2019/MDR/CAIXA.

DIA/HORÁRIOS:

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 25/08/2021 – Horas 09:00:00

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 08/09/2021 – Horas 13:29:00

ABERTURA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 08/09/2021 – Horas 13:30:00 Obs. Nesta fase será informado via chat o horário do início da fase de lances

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.bbmnetlicitacoes.com.br ou pelo endereço eletrônico

licitacao@saojoaodomanhuacu.mg.gov.br
www.saojoaodomanhuacu.mg.gov.br

e

site

institucional

LOCAL: - www.bbmnetlicitacoes.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 0101/2021

Pregão nº 049/2021

1. - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 – O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, n.º 100, Centro, nesta cidade de São Joao do Manhuaçu/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 66.232.521/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sérgio Lúcio Camilo, e o Pregoeiro Sr. Álvaro Schiavo de Paula, designado pela Portaria n.º 0354/2021, e, em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/2002 e, supletivamente, com a Lei Federal n.º 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor Álvaro Schiavo de Paula, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br

2. - DO OBJETO:

2.1 - Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de elaboração e execução de projetos técnicos de regularização fundiária do Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista em São João do Manhuaçu/MG, conforme contrato de repasse nº 894594/2019/MDR/CAIXA.

3. - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

02.12.16.482.0015.2.068.339039 – ficha 2440.

4. - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

4.1 – As solicitações de esclarecimentos poderão ser feitas diretamente na plataforma www.bbmnetlicitacoes.com.br em campo específico.

5. - DA IMPUGNAÇÃO:

5.1 - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, diretamente na plataforma www.bbmnetlicitacoes.com.br e/ou dirigindo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

impugnação por escrito ao seguinte endereço: Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, 100, Centro, São João do Manhuaçu/MG, CEP: 36.918-000.

5.2 – Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

6. - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seu anexo.

6.2 - Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

6.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

6.2.2 - estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar;

6.2.3 - sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

6.2.4 - estejam sob falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução ou liquidação;

6.2.5 - isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;

6.2.6 - sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

7. - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.1 - coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.2 - responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.1.3 - abrir as propostas de preços;

7.1.4 - analisar a aceitabilidade das propostas;

7.1.5 - desclassificar propostas indicando os motivos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

7.1.6 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

7.1.7 - verificar a habilitação do proponente;

7.1.8 - declarar o vencedor;

7.1.9 - receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

7.1.10 - elaborar a ata da sessão;

7.1.11 - encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8. – DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET:

8.1 – Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

8.2 – As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br.

8.2.1 – Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br.

9. – PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES:

9.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, **opção "Login" opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”**

9.1.1 – As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

9.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

9.4 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

9.5 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “www.bbmnetlicitacoes.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

10. - DA PROPOSTA DE PREÇOS:

10.1 - O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.2 – As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

10.2.1- Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

10.2.1.1 - Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

10.2.1.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR GLOBAL**.

10.3 – Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações de Marca e inserir Ficha Técnica, sempre que solicitadas pelo pregoeiro quando do cadastramento do edital na plataforma, **sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.**

10.3.1 Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações

10.4 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

11. - **ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:**

11.1 - A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 9.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

11.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

11.3 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

11.4. A fase de lances será no formato **ABERTO**: O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará **“Dou-lhe uma”** quando faltar 02m00s (dois minutos para o termino da etapa de lances (sessão pública), **“Dou-lhe duas”** quando faltar 01m00s (um minuto) e **“Dou-lhe três – Fechado”** quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do “Dou-lhe uma” e, assim, sucessivamente.

11.4.1 O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

11.4.2 Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de “Dou-lhe uma”, “Dou-lhe duas”, é exibido;

11.5. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado no item 14 deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

11.6 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

12. - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

12.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por lote, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

12.2 - Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

12.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei 10.520/2002 e 8.666/93**. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens 13 e 14 deste Edital.

12.3.3 – No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos itens 13 e 14, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

12.3.4 - A inobservância aos prazos elencados nos itens 13 e 14, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

12.4 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

12.5 - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

12.6 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

12.7 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

13. - DA HABILITAÇÃO:

13.1. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados até o fim de recebimento das propostas, conforme previsto neste edital, contados da convocação do Pregoeiro, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma www.bbmnetlicitacoes.com.br.

13.2. Franqueada vista aos interessados, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

13.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

13.4. Caso haja necessidade, e havendo convocação por parte do Pregoeiro, os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante do item 13.1, deverão ser relacionados e apresentados na Secretaria de Administração desta Prefeitura, localizada na Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, 100, Centro, São João do Manhuaçu – CEP 36.918-000, das 08 h às 11 h e das 13 h às 17 h, em até 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

13.4.1. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

13.4.2. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

13.5. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

13.6 - A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

13.6.1 - Para Habilitação Jurídica:

13.6.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

13.6.1.2 - Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

13.6.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.6.1.4 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA, emitida pela Junta Comercial, a no máximo 90 (noventa) dias a contar da data de recebimento das propostas.

13.6.2 - Para Qualificação Econômico-Financeira:

13.6.2.1 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante.

13.6.3 - Para Regularidade Fiscal e Trabalhista

13.6.3.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.6.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.6.3.3 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

13.6.3.4 - Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal, quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria/MF 358 (05/09/14), alterada pela Portaria/MF 443 (17/10/14);

13.6.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.6.3.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.6.3.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (Certidão



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

Negativa de Débitos Trabalhistas emitida via internet pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho).

13.6.4 – Qualificação técnica

13.6.4.1 - Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, doravante denominado “CREA”, e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, doravante denominado “CAU”, ou da Ordem dos Advogados do Brasil, doravante denominada “OAB” em sua plena validade, de acordo com o exposto no inciso I do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, relativa ao ano de 2021.

13.6.4.2 - Inscrição como Entidade Executora – EE de Aerolevantamento Categoria “A”, junto ao Ministério da Defesa – Certificado de Registro junto ao Ministério da Defesa;

13.6.4.3 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto, através da apresentação de um ou mais atestados de desempenho anterior ou em execução, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprobatórios das capacidades técnicas relativas ao item de Sistema de Gestão de Regularização Fundiária, parte integrante do objeto que está sendo licitado, abrangendo: (1) Serviços de licenciamento de Soluções de Softwares, com características e funcionalidades similares às especificadas nos quadros 3 e 4, respectivamente deste TRT; (2) Serviços de implantação e capacitação, além do fornecimento de suporte técnico, relacionados a Soluções de Softwares com características e funcionalidades similares às especificadas nos quadros 3 e 4, respectivamente deste TRT e (3) Serviços de hospedagem de Soluções de Softwares em Centro de Dados - Datacenter, com características similares às especificadas no item 5.1.1 deste TRT;

13.6.4.4 - Comprovação de que possui em seu quadro permanente ou através de contrato de prestação de serviços, na data prevista para entrega da proposta, equipe técnica conforme quadro 2, devidamente inscrito na entidade profissional competente, detentora de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços com características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação – ou seja, comprovando a execução dos serviços de características semelhantes e quantidades de unidades imobiliárias equivalentes a 10% do objeto desta licitação.

Quadro 2 - Função, formação, experiência e documentação da equipe técnica principal.

Função	Formação	Experiência	Documentação
Coordenador Geral	Arquiteto e Urbanista, Advogado, Engenheiro (com habilitação em planejamento)	Coordenação, Gerenciamento, Supervisão ou Direção de projetos e/ou processos de Regularização	Certidão de Registro CREA/CAU/OAB, se houver; Certidões de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

	urbano)	Fundiária Urbana	
Supervisor de Urbanismo	Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro (com habilitação em planejamento urbano)	Projeto Urbanístico e Projeto de Regularização Fundiária	Certidão de Registro CREA/CAU; Certidões de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A.
Supervisor de Topografia	Engenheiro Agrimensor, Cartógrafo ou similar (RT de Entidade Executora de Aerolevantamento)	Aerolevantamento e Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado	Certidão de Registro CREA; Certidões de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A; Anotação de Responsabilidade Técnica - RRT em desempenho de Cargo e Função de Entidade Executora de Aerolevantamento Categoria "A"
Supervisor Ambiental	Engenheiro, Arquiteto e Urbanista, Geógrafo ou similar	Estudo Ambiental e Estudo de Riscos	Certidão de Registro CREA/CAU; Certidões de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A.
Supervisor de Áreas de Riscos	Engenheiro, Arquiteto e Urbanista, Geógrafo ou similar	Estudo Ambiental e Estudo de Riscos	Certidão de Registro CREA/CAU; Certidões de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A.
Supervisor Jurídico	Advogado	Registro de Certidão de Regularização Fundiária	Certidão de Registro na OAB; Atestado(s) de Capacidade Técnica
Supervisor Social	Assistente Social, Sociólogo, Psicólogo ou similar	Mobilização Comunitária	Certidão de Registro no Conselho de Classe, se houver; Atestado(s) de Capacidade Técnica

13.6.4.5. A composição da Equipe Técnica Principal da contratada poderá ser alterada ao longo do período do contrato, desde que, em casos muito especiais, por motivo superveniente, caso fortuito ou de força maior, devendo o profissional substituto possuir perfil equivalente ou superior, mediante análise prévia da documentação e autorização da Contratante, consoante o art. 13 § 3º da Lei Federal 8.666/93.

13.6.4.6. Na hipótese de a vencedora da licitação ter seu Registro no Conselho de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO o 'VISTO' do seu Registro no Conselho MG, nos termos do art. 58 da Lei 5.194/66, na forma da Resolução 413/97 do CONFEA e demais regramentos pertinentes. O mesmo serve para a Equipe Técnica Principal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

13.6.4.7. Cada Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional (CREA e/ou CAU e/ou Conselhos Profissionais competentes), nos termos da Resolução nº 1025/2009 do CONFEA.

13.6.4.8 Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos §§1º e 3º do artigo 30, da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.6.4.9. Um mesmo profissional poderá ser apresentado para mais de uma função, desde que atenda as especificações do presente projeto básico, em especial as do quadro 2.

13.6.4.10. Os Atestados deverão conter no mínimo as seguintes informações: especificação e quantificação dos serviços realizados (indicando, no mínimo: localidade do núcleo regularizado, em qual legislação foi baseada a regularização, número de unidades regularizadas e o ano de conclusão); Nome e identificação do signatário de emissão.

13.6.4.11. Quaisquer informações acima relacionadas, não constantes do atestado, somente poderão ser complementadas pelos seguintes documentos: cópia do contrato a que se refere o atestado; Ordens de Serviço e/ou outros pertinentes, desde que acompanhados de comprovação de que os serviços foram concluídos e recebidos e suas responsabilidades técnicas baixadas no respectivo Conselho Profissional.

13.6.4.12. Em nenhuma hipótese os documentos referidos acima substituirão o atestado.

13.6.5 - Demais documentos:

13.6.5.1 - Declaração sobre Empregado Menor, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

13.7 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos eles serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.

13.8 - O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

13.9 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

14 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

14.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

14.1.1 – Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

14.1.1.1 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

14.1.2 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

14.1.2.1 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

14.1.2.2 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma dos itens 12.3.1 e 13.0 deste edital.

14.1.3 – Caso ocorra a situação de empate descrita no item 14.1.2.1, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de cinco minutos.

14.1.3.1 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 14.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

14.1.3.2 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que apresentar o melhor lance, inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa, será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa do lote na sala virtual.

14.1.3.3 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

14.1.4 – Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

14.1.4.1 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 14.1.2.2.

14.1.4.2 – No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do “chat de mensagens”.

14.1.4.3 – A partir da convocação de que trata o item 14.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, poderá oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do “chat de mensagens”, dentro do prazo definido pelo pregoeiro, sob pena de preclusão de seu direito.

14.1.4 – O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

14.1.5 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

15 – DOS RECURSOS

15.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bbmnetlicitacoes.com.br.

15.2. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, www.bbmnetlicitacoes.com.br opção **RECURSO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na Secretaria de Administração, localizada na Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, 100, Centro, São João do Manhuaçu/MG, CEP: 36.918-000, das 08 h às 11 h e das 13 h às 17 h, aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos.

15.3. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

15.4. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

15.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.7. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes

15.8. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

16. - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1 - Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

16.2 - Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

16.3 - A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

17. - DA CONTRATAÇÃO:

17.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

17.2 - O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3 - A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinadas pelo Contratante até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

17.4 - Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e integrará o Contrato.

18. - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 - Compete à Contratante:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

19.1.1 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

19.1.2 - Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento dos produtos.

19. - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - Compete à Contratada:

19.1.1 - Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Anexo I deste edital.

19.1.2 - Substituir, obrigatoriamente, o produto que não atender as exigências de qualidade para utilização.

19.1.3 - Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total do contrato.

20. - ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO:

21.1 - Os objetos desta licitação deverão ser entregues instalados e em perfeito funcionamento no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da solicitação feita pelo município, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

21.2 - O recebimento dos produtos será efetuado por servidor responsável, que poderá solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido no item 21.1, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

21.3 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

22. - DO PAGAMENTO:

22.1 - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor (es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável. A contratante somente pagará a contratada pelos produtos que realmente forem pedidos e entregues.

22.2 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e CNDT trabalhista.

22.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

22.4 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 22.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

22.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

23. - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo.

23.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de São Joao do Manhuaçu, pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Joao do Manhuaçu e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores eventualmente mantido pelo Município, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

23.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/ adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24. - DISPOSIÇÕES FINAIS:

24.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

24.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o pregoeiro não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.3 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.5 - Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu Anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes da Prefeitura de São João do Manhuaçu, com exceção ao tópico 15.1 deste Edital, de forma que, caso o término do prazo das 24 (vinte e quatro) expire num sábado ou feriado, ainda assim, contará para os fins legais.

24.6 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.7 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

24.8 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

24.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município.

24.10 - A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

24.11 - Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

24.12 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

24.13 - As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.14 - Constitui parte integrante deste edital:

24.14.1 - Anexo I - Termo de Referência;

24.14.2 – Anexo II – Minuta de Contrato

24.14.3 – Anexo III- Proposta Comercial

24.14.4 – Anexo IV - Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação

24.14.5 – Anexo V - Declaração de não emprego de menores

24.14.6 – Anexo VI - Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte

24.14.7 – Anexo VII – Planilha orçamentária e cronograma físico financeiro

24.14.8 – Anexo VIII – Quadro de Composição do Investimento – QCI

São João do Manhuaçu/MG, 24 de agosto de 2021

ÁLVARO SCHIAVO DE PAULA
PREGOEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O objeto deste pregão é contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de elaboração e execução de projetos técnicos de regularização fundiária do Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista em São João do Manhuaçu/MG, conforme contrato de repasse nº 894594/2019/MDR/CAIXA, conforme segue abaixo:

O presente Termo de Referência tem por escopo subsidiar a contratação de serviços técnicos para a execução de ação de Regularização Fundiária integral e/ou parcial dos imóveis inseridos na área de intervenção denominada Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista, localizados na Zona Urbana do Município de São João do Manhuaçu/MG que se encontra em posse consolidada pela população de baixa renda, envolvendo levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, urbanístico e compatibilização com os Projetos de Infraestrutura, ambiental, jurídico, procedimentos administrativos e trabalho de assessoria social em conformidade com as diretrizes contidas na LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 e no Manual de Instruções – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Urbanização de Assentamentos Precários – UAP, período 2010-2011) e no Manual de Instruções Programa Moradia Digna – Apoios à Urbanização de Assentamentos Precários– OGU – PPA 2020-2023, ambos do Ministério do Desenvolvimento Regional – Secretaria Nacional de Habitação, Contrato de Repasse nº 1068575-66/2019 Convênio Plataforma +Brasil nº 854594/2019 e demais normativas aplicáveis.

Estes levantamentos, estudos e projetos deverão ser executados por Empresa Contratada, mediante processo licitatório, resultando na celebração de contrato destinado a regularização fundiária da área objeto da intervenção, de forma multidisciplinar e articulada com o Poder Público e, em especial, pelo envolvimento direto da população beneficiada em todas as suas etapas, com o objetivo de reunir a documentação necessária à regularização fundiária e urbanística do parcelamento e o respectivo registro cartorial no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Manhuaçu-MG.

2. APRESENTAÇÃO

O Município de São João do Manhuaçu - MG localiza-se ao Leste de Minas Gerais na Zona da Mata Mineira, próximo a divisa com o Estado do Espírito Santo e faz parte da microrregião de Manhuaçu. Encontra-se a uma distância aproximada de 300 km da capital do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte), a latitude 20°.40.2792”sul e longitude 420,14.5359”oeste, o centro da cidade de São João do Manhuaçu está a 870 metros de altitude, sendo que o ponto mais alto é de 1.730 metros acima do nível do mar. Uma pequena cidade com um grande potencial onde seu povo tem orgulho de ser chamado de sanjoanense..

A extensão territorial do município é cortada de leste a oeste pela rodovia



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

BR –116, desde a divisa com o município de Orizania/MG, até a divisa com município de Manhuaçu/MG, além de fazer divisas com Divino/MG, Santa Margarida/MG, Matipo/MG, Luisburgo/MG.

Em que pese à dimensão territorial e o número de habitantes que residem no Bairro Bela Vista e Boa Vista, importante salientar que ali também se encontra um grande percentual da mão-de-obra do município, além de loteamentos e aglomerações irregulares, envolvendo grande parcela de cidadãos atendidos pela rede sócioassistencial, a exemplo das famílias que residem na área objeto da intervenção num total aproximado de 2200 pessoas, conforme pré diagnóstico efetivado pelo Município.

A área de intervenção Bairro Bela Vista e Boa Vista, de propriedade e posse dos próprios beneficiários com apenas contrato de compra e venda ou recibo de compra e venda.

Através de reuniões com os proprietários e entre o Município de São João do Manhuaçu/MG, todos concordaram assumir o compromisso em honrar as obrigações de sua responsabilidade colaborando e apoiando todas as fases dos procedimentos necessários para a total regularização fundiária e urbanística a ser promovida pelo Município de São João do Manhuaçu/MG especificamente nos Bairros Bela Vista e Boa Vista, junto aos imóveis ocupados através de contratos de compra e venda formalizados entre as famílias e os antigos proprietários que realizaram as vendas irregulares.

Oportuno registrar que, relativo ao público alvo de aproximadamente 1000 famílias compatíveis, pré-selecionadas para as ações do Programa se constituem de moradores enquadrados como baixa renda, os quais se encontram em situação de vulnerabilidade social e, na sua maioria, possuem a título de ocupação profissional atividades de coleta de café, alguns deles trabalham nas lavouras de produção de café ao entorno da área de intervenção.

Em atendimento à Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013 (Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV), o Município de São João do Manhuaçu/MG contemplará as famílias em conformidade com os critérios nacionais e adicionais de priorização.

Para tanto, são considerados critérios nacionais de priorização, conforme o disposto na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009: a) famílias residentes em áreas de risco¹ ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e, c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

O desequilíbrio no município em razão da falta de implantação de uma política de regularização fundiária e efetiva fiscalização pelo Poder Público, gerou ao longo dos anos inúmeros problemas de ordem fundiária, política, econômico e social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

Tanto a função social da propriedade, quanto o direito à regularização, constituem diretrizes da política urbana, previstas na Constituição Federal de 1988, no Código Civil, no Estatuto da Cidade, na Lei Orgânica do Município e demais legislações, enquanto a regularização fundiária de ocupações de interesse social para o Município de São João do Manhuaçu/MG em especial a área a ser atendida dos Bairros Bela Vista e Boa Vista se apresenta como uma das soluções para a inclusão socioespacial de grande parcela de seus habitantes, culminando na integração das áreas de intervenção na cidade e assegurando à população moradora segurança jurídica na posse.

O Estatuto das Cidades (Lei nº 10.277/2001), em seu art.2º prevê que *“A política tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes XIV - Regularização Fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificações, consideradas a situação sócioeconômica da população e as normas ambientais”*.

Por sua vez, a Lei Federal nº 11.977/2009, em seu art. 46 define regularização fundiária como *“conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”*.

Oportuno registrar que, através do presente Termo de Referência, será abordada apenas a regularização fundiária de interesse social aplicável aos casos concretos da área de intervenção que, nos termos do inc. VII do art. 47 da Lei nº 11.977/2009, é definida como regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, nos casos: *“a) em que a área esteja ocupada, de forma mansa e pacífica, há, pelo menos, 5 (cinco) anos; b) de imóveis situados em ZEIS; ou c) de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social”*.

Adiante, da redação conferida ao art.48, a regularização fundiária descrita no diploma supra mencionado, respeitadas as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas na Lei nº 10.257/2001, observará os seguintes princípios: *“I – ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental; II – articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda; III – participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização; IV – estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; V – concessão do título preferencialmente para a mulher”*.

A regularização fundiária, em especial a de interesse social é, portanto,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

obrigação do poder público, o qual deve implementá-la como uma das formas de concretizar o direito dos cidadãos brasileiros à moradia digna, reconhecido como um direito fundamental nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988.

O foco, portanto, é a adequação do assentamento/ocupação irregular ao modelo legal ou, em conformidade com a realidade encontrada, a melhor proposta para a área de intervenção e reassentamento, qualificando a área sob os aspectos sociais, urbanísticos e ambientais, propiciando uma melhora na qualidade de vida da população envolvida, promovendo ao final o título de propriedade/posse individualizado e registrado no Cartório Imobiliário.

A noção de regularização fundiária estabelecida através da Criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de São João do Manhuaçu/MG - PLHIS, aprovado em 22 de junho de 2007 (Lei Municipal nº 460/2007), compreende a legalização da ocupação por meio da busca da segurança jurídica da posse (aspecto jurídico), com prioridade para a população com baixa renda, preservando os vínculos sociais com o território e seu entorno.

Além disso, busca estimular a emancipação dos cidadãos por meio da participação democrática (aspecto político) e da reformulação do conceito da ocupação do espaço urbano, incorporando a noção de qualidade e adequação do direito à moradia (aspecto físico-urbanístico).

Apesar da área de intervenção ainda não **está** enquadrada como ZEIS por Lei própria a Lei Municipal aprovada em 22 de junho de 2007 (Lei Municipal nº 460/2007) que Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Institui o Conselho Gestor do FHIS do Município de São João do Manhuaçu/MG, que dispõe em seu art. 6º que:

“Art.6º. As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem: I – Aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – Urbanização, produção de equipamentos comunitários, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – Implantação de saneamento básico, infra estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – Aquisição de matérias de construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – Recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

“VII – Outros Programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FHIS”.

Parágrafo único: *Será admitida a aquisição de terrenos vinculados à implantação de projetos habitacionais.*

Assim, o presente documento descreve as condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos de regularização fundiária na área de intervenção denominada Bairro Bela Vista e Boa Vista, situada no Município de São João do Manhuaçu/MG e caso necessário as respectivas áreas destinadas ao reassentamento de algumas famílias que se encontram residindo em área diagnosticada como de risco (inundações).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

A Lei Municipal nº 678/2015, de 10 de dezembro de 2015, por sua vez “Dispõe sobre regularização de parcelamento de solo urbano no município de São João do Manhuaçu e da outras providências”, dispõe em seu artigo 5º que na regularização de parcelamento de solo poderão ser aceitos parâmetros diferenciados dos previstos na legislação urbanística, mediante avaliação do Poder Executivo Municipal, através do órgão regularizador, com orientação de seus órgãos técnicos, em relação à acessibilidade, disponibilidade de equipamentos públicos e infraestrutura da região”.

Portanto, a área objeto da intervenção, encontra-se apta para atender às exigências impostas pela legislação relacionada à regularização fundiária, razão pela qual o Município terá condições de responder aos anseios e encaminhar as famílias que atenderem aos requisitos legais para obtenção da titularidade, cumprindo a função social da propriedade regulamentada pelo Estatuto da Cidade e demais normas aplicáveis.

3. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

BAIRRO BOA VISTA 7,15 Ha

300 UNIDADES

Localização: Lat 20°23'44.98"S Long 42° 9'30.96"O



BAIRRO BELA VISTA 22,00 ha

Localização: Lat 20°23'19.62"S long 42° 9'31.56"O

BAIRRO BELA VISTA 700 UNIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82



Área de intervenção – Loteamento Boa Vista e Bela Vista

A área de intervenção localiza-se no perímetro urbano do Município de São João do Manhuaçu/MG, concebida como “Bairro Boa Vista” (Lei Municipal nº 665/2014, de 12 de dezembro de 2014, além da existência do Mapa e ART, tal procedimento não foi levado a efeito perante o Registro Oficial, conforme anexos.

Desde o início de sua ocupação, mediante ciência da própria Administração Pública Municipal e através da venda dos lotes pela proprietária Construtora Ennes Ltda, sem que houvesse a regularização de tais glebas, resultou na ausência de quaisquer títulos de posse e precariedade das edificações existentes.

Os Gestores Municipais anteriores, apesar de lançarem esforços para regularização fundiária ao longo dos anos, acabaram não logrando êxito nesta empreitada, o que se pode constatar pela existência do Bairro Bela Vista e Boa Vista com total ausência do registro do parcelamento do solo.

Trata-se de área urbana com ocupação consolidada, de interesse social, porém sem a devida regularização, o que leva as famílias a se enquadrarem como meras posseiras de loteamento/assentamento irregular, trazendo uma insegurança jurídica para as mesmas, apesar do uso predominantemente residencial, apresentando uso comercial e/ou misto, com exploração de pontos de pequenos comércios e de prestação de serviços na informalidade.

A maioria das edificações é de alvenaria e lage, mas possuem também imóveis com construção de alvenaria e telhado e imóveis sem construção.

A área, objeto da intervenção se caracteriza por apresentar uma topografia



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

plana, possuindo pequena parcela enquadrada como área de risco (inundações). Não possui, por outro lado, área de preservação permanente ou qualificada como ambientalmente frágil, encostas e nem acidentes geográficos. Não existem ações judiciais possessórias, reivindicatórias ou civis públicas envolvendo o I Bairro Bela Vista e Boa Vista no loteamento/assentamento de ocupação irregular, objeto desta intervenção.

Segue abaixo a descrição da área de intervenção contemplada para a implementação do Processo nº 517842019– Planejamento Urbano – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Serviços de Engenharia – Ações Complementares de Obras – Regularização Fundiária – Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista Urbanização de Assentamentos Precários no Município de São João do Manhuaçu/MG:

LOTEAMENTO ASSENTAMENTO - IRREGULAR				
Identificação da Ocupação	Área Estimada Ha	Nº Matrícula	Nº Estimado de Famílias	Nº Estimado de Moradores
Bairro Boa Vista	7,15 Ha		300	900
Bairro Bela Vista	22,00 Ha		700	1.300

A gleba, com área total de 7,15 ha é de propriedade dos próprios moradores não sendo possível no momento colocar todos os confrontantes das áreas de lotes uma vez que este serviço é de responsabilidade da empresa contratada para tal fim neste Projeto de regularização fundiária, sendo de total responsabilidade da empresa contratada a busca de qualquer documento necessário ao bom andamento do processo junto ao CRI da Comarca de Manhuaçu/MG.

Da área total, 7,15 ha, serão inicialmente destinados à regularização dos lotes já ocupados pelas famílias (aquisição, em sua maioria, mediante compromisso de compra e venda diretamente da proprietária), equipamentos públicos e, área verde.

O restante, equivalente a 22,00ha, equivale a Gleba do Bairro Bela Vista onde a maioria dos moradores já tem posse consolidada pois o Município já realizou a parte de infraestrutura da maioria das ruas do Bairro Bela Vista.

Assim, embora ausente o registro dos lotes ou do loteamento, os profissionais do Município da área de cadastro imobiliário quando das visitas in loco para levantamento de, observaram que os ocupantes vem respeitando os limites previamente demarcados pelo proprietário, isto em conformidade com a documentação que embasou a emissão dos atos públicos de inscrição no cadastro imobiliário municipal.

Considerando a existência dos documentos elaborados quando os profissionais do Município estiveram na área afim de proceder o cadastro imobiliário quando das visitas in loco, a Equipe Municipal serviu-se de tais dados para identificação e demonstração



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

da situação encontrada.

QUADRA	QUANT. LOTES/CASAS
Bairro Boa Vista	300
Bairro Bela Vista	700
TOTAL	1000

E o processo que pleiteamos inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

As medidas jurídicas correspondem especialmente à solução dos problemas dominiais, referente às situações em que o ocupante de uma área pública ou privada não possui um título que lhe dê segurança jurídica sobre sua ocupação. É o aspecto da falta de um “documento” que dê a plena propriedade ao beneficiário direto da Reurb.

As medidas urbanísticas dizem respeito às soluções para adequar os parcelamentos à cidade regularizada, como a implantação de infraestrutura essencial (calçamento, esgoto, energia, fornecimento de água), decorrentes dos loteamentos implantados sem atendimento das normas legais. A realocação de moradias em face de estarem em locais sujeito a desmoronamento, enchentes, em locais contaminados, insalubres, entre outros, também entra nesse aspecto.

As medidas ambientais buscam superar o problema dos assentamentos implantados sem licenciamento ambiental e em desacordo com a legislação urbana e de proteção ao meio ambiente.

As medidas sociais, por sua vez, dizem respeito às soluções dadas à população beneficiária da Reurb, especialmente nas ocupações por famílias de baixa renda, (mas não excluindo as demais populações), de forma a propiciar o exercício digno do direito à moradia e à cidadania, proporcionando qualidade de vida.

Do total dos lotes acima identificados, há previsão para que alguns lotes inclusive as margens do correjo Jequiri que estes lotes ou áreas sejam transformados em área verde, ou serão transformados em área para Equipamento Público (Praça), tendo sido apontados lotes vagos/Prefeitura, com previsão para ocupação destes lotes para reassentamento na própria área de intervenção.

Considerando a realidade inicialmente encontrada na área de intervenção por meio do levantamento efetivado pela Municipalidade, à exceção das áreas já destinadas para as vias públicas, existe uma previsão para abertura de matrículas individualizadas no que for de bem do município qual seja, áreas verdes ou áreas que foram identificadas como do município mas que também não tem escrituração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

Área de Regularização Fundiária Boa Vista e Bairro Bela Vista.

A área da regularização fundiária previsto nos Bairros Boa Vista e Bela Vista é de propriedade dos moradores posseiros dos lotes e casas, nunca tendo recebido qualquer investimentos do FNHIS para as construções das unidades habitacionais, cujas unidades já estão ocupadas a mais de 5 anos pelos moradores, os bairros contam com infraestrutura consistente em serviços de fornecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo domiciliar e equipamentos públicos.

4 - OBJETIVOS E DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

Todo processo de regularização fundiária e a consequente elaboração dos produtos deverá contar com a participação da população em todas as suas fases de desenvolvimento.

As ações referentes à regularização jurídico-fundiária encontram-se previstas no âmbito da Política Nacional de Habitação e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades que tem como um dos objetivos gerais a promoção, urbanização, regularização e inserção das ocupações/assentamentos precários ao meio urbano.

Nos projetos integrados de urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária é ação indispensável, devendo ser desenvolvida concomitantemente à execução das obras habitacionais, infraestrutura e ambientais.

Principais Objetivos:

- I- Manter preferencialmente o morador no local;
- II- Identificar infraestrutura necessária para reduzir ou eliminar riscos;
- III- Garantir padrões adequados para lotes e moradias;
- IV- Garantir acessos de todos os lotes para a via pública;
- V- Promover a integração destes assentamentos autoproduzidos à cidade formal;
- VI- Observar princípios adequados de sustentabilidade ambiental.

Objetivos

A regularização fundiária é uma obrigação do Poder Público, que deve implementá-la como uma das formas de concretizar o direito dos cidadãos, tendo como objetivo regularizar o domínio do imóvel, em nome de cada família/ocupante com posse consolidada, devendo refletir compromisso de constituição de direito real sobre o imóvel mediante preenchimento dos requisitos legais, culminando com a inscrição/averbação da propriedade do lote no Cartório Imobiliário.

Possui em especial, os objetivos de elevar a qualidade de vida urbana por meio da implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social e, ainda:

a) Planejar a execução dos trabalhos de levantamento e projetos relacionados ao enfrentamento do quadro de irregularidade e ordenamento fundiário do aglomerado urbano, objeto da contratação;

b) Estabelecer diretrizes, propostas de intervenção e elaboração de metodologia para a regularização fundiária de interesse social para a área de intervenção e reassentamento, estando sujeitas a modificações conforme realidade da comunidade;

c) Possibilitar a discussão do tema com a comunidade e sociedade civil organizada local, de modo a integrar as ações realizadas em cada uma das áreas de intervenção;

d) Fornecer subsídios e apoio à população envolvida para sua participação no processo de regularização fundiária de interesse social;

e) Executar o trabalho de assessoria social e o cadastro socioeconômico;

f) Executar o levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado e atualizar o projeto Urbanístico para a área de intervenção, tornando viável a regularização fundiária;

g) Esclarecer e sensibilizar as famílias, enquanto partícipes do processo, acerca da importância do combate à especulação imobiliária.

h) Consolidar os instrumentos legais administrativos e jurídicos necessários à implementação de ações de regularização fundiária de interesse social, visando à democratização do acesso da população de baixa renda à terra regularizada e urbanizada, culminando na efetivação das posses.

i) Regularização das unidades habitacionais conforme regras específicas do PMCMV/FAR.

Por fim, a Lei Municipal nº 678, de 12 de dezembro de 2015, Lei Municipal nº 460/2007 de 22 de junho de 2007 e Lei Municipal nº 544/2011.

Diretrizes

A execução das ações referentes à questão da regularização fundiária na área de intervenção, obedecerão as seguintes diretrizes:

a) Promoção das ações de identificação e levantamento buscando atender as necessidades para os procedimentos de regularização fundiária da área objeto da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

intervenção;

b) Adoção de soluções adequadas às características socioeconômicas e de modo a maximizar a produtividade do uso dos recursos alocado;

c) Caracterização da população a ser atendida pelo Plano de Regularização Fundiária na área de intervenção;

d) Atendimento à população residente em áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental; atendimento prioritário às famílias com menor renda per capita, com maior número de dependentes, à mulher responsável pelo domicílio, aos idosos, aos portadores de deficiência, bem como a demandas apresentadas por movimentos sociais, associações e grupos representativos de segmentos da população e promoção do ordenamento territorial das cidades, por intermédio da regular ocupação e uso do solo urbano; Segundo a Lei nº 13.465/2017, poderão requerer e promover a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais.

e) Promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias, sendo obrigatório incluir nas intervenções a execução dos trabalhos a serem desenvolvidos pela assessoria social junto aos beneficiários, com o objetivo de criar mecanismos capazes de fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local, bem como à gestão participativa, que garanta a sustentabilidade do empreendimento;

f) Promoção da regularização fundiária por meio de implementação de planos e projetos e de atividades jurídicas e administrativas no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios;

g) Compatibilização com as Leis Municipais de uso e parcelamento de solo ou equivalente, ou com Plano de Ação Estadual ou Regional, quando existentes, e com os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, de que trata a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e com a legislação local, estadual e federal;

h) Mitigação de conflitos fundiários urbanos, assim considerados como as disputas pela posse ou propriedade de imóvel urbano, objeto de instrumento policial ou judicial de interposição de posse, envolvendo famílias de baixa renda, que demandarem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade;

i) Atendimento às normas de preservação ambiental, eliminando ou mitigando os impactos ambientais negativos na área objeto de intervenção e seu respectivo entorno ou, no caso de realocação de famílias, na área anteriormente ocupada, evitando novas ocupações com a execução de obras de urbanização e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

recuperação de áreas degradadas, sendo que o remanejamento/reassentamento de famílias é medida extrema que só deverá ocorrer nos casos em que o assentamento precário esteja em área que não seja passível de uso habitacional, exposta a riscos de incêndio, deslizamentos, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em área de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística do bairro, para implantação de infra estrutura ou sistema viário e áreas não passíveis de regularização. O reassentamento será para local o mais próximo possível da antiga área ocupada, tendo em vista as relações de vizinhança e emprego estabelecidas, bem como da infraestrutura e equipamentos públicos existentes;

j) Nos projetos que envolvam a construção de unidades habitacionais serão observados os seguintes aspectos: 1) segurança, salubridade e qualidade da edificação; 2) previsão, quando possível, de ampliação da unidade habitacional e método construtivo que permita a execução desta ampliação com facilidade; 3) compatibilidade do projeto com as características regionais, locais, climáticas e culturais da área; e, 4) adequação, quando for o caso, às necessidades das pessoas com deficiência e dos idosos, mas vale ressaltar que este projeto trata-se apenas das escrituração dos imóveis;

k) Adoção de soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, visando garantir a acessibilidade;

l) Os projetos que envolvam a execução de obras e serviços de pavimentação deverão observar os seguintes aspectos: 1) a pavimentação será admitida somente de forma conjugada às soluções de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, ou nos casos em que esses serviços já existam na área a ser pavimentada; e 2) devem ser viabilizadas, prioritariamente, soluções alternativas à utilização de asfalto, tais como pisos intertravados, pré-moldados ou pedras naturais que apresentam reduzidos custos de execução e manutenção, favorecem o escoamento das águas pluviais impermeabilizando menos os solos urbanos e podem ser fabricados e executados com mão-de-obra própria comunidade, proporcionando, com isso, geração de trabalho e renda;

m) Atendimento às diretrizes do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H, da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, principalmente no que diz respeito à utilização de materiais de construção produzidos em conformidade com as normas técnicas, e preferencialmente, de empresas construtoras com certificados de qualidade na área de atuação.

5 METODOLOGIA DOS TRABALHOS

A empresa contratada deverá atuar de forma articulada pois a contratação envolverá todas as fases para execução do Projeto de Trabalho Social, Projeto de Recuperação de área degradada, Equipe Municipal e com os representantes das entidades comunitárias locais e/ou membros da área de intervenção indicados pelos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

beneficiários, escolhidos dentre eles, envolvendo-os no planejamento e acompanhamento das ações conforme cada uma das etapas.

Abaixo, segue a descrição dos procedimentos metodológicos para a realização dos trabalhos.

1ª FASE: TRABALHO TÉCNICO PRELIMINAR

A) TRABALHO SOCIAL:

ESCOPO: O Trabalho Técnico Social compreende ações de sensibilização, informação, mobilização, capacitação e envolvimento da população moradora para participação no processo de regularização fundiária do Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista. Tal ação poderá envolver, entre as seguintes atividades:

- ✓ Identificação de lideranças locais e organizações comunitárias;
- ✓ Reunião de pactuação com as lideranças locais;
- ✓ Assembléias/Audiências Pública de entrada na área com comunidades (esclarecimentos sobre o processo de regularização fundiária do assentamento irregular);
- ✓ Viabilização do local para realização de platôes de atendimento em áreas; distribuição de material de divulgação e capacitação acerca do processo de regularização fundiária;
- ✓ Mobilização da população moradora para participação em reuniões;
- ✓ Apoio à constituição e acompanhamento das atividades de instâncias participativas (fóruns, conselhos, comissões, etc);
- ✓ Realização de plantões de atendimentos em áreas para orientação dos moradores e soluções de dúvidas, resoluções de conflitos e acompanhamento de pendências;
- ✓ Reuniões preparatórias junto á órgãos oficiais;
- ✓ Apoio no processo de discussão do projeto de regularização fundiária;

PRODUTOS: 1

- ✓ Relatório de trabalho social (descrição das atividades realizadas e cópia dos materiais elaborados para mobilizar a comunidade);
- ✓ Atas, Registros Fotográficos, Editais de Convocação;
- ✓ Comprovante de realização de Audiências Públicas de lançamento do projeto;
- ✓ Audiência Pública de lançamento do Projeto
- ✓ Outros documentos corrobórios dos serviços;

B) LEVANTAMENTO CARTOGRÁFICO BÁSICO

ESCOPO: Elaboração ou atualização de levantamento planimétrico e planialtimétrico cadastral, georreferenciado por meio de topografia ou restituição aerofotogramétrica, em escala apropriada para elaboração de projeto de regularização fundiária; elaboração ou atualização de planta que indique curva de nível da poligonal, áreas com



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

interferência ambiental e demais estudos e elementos técnicos necessários ao processo de regularização fundiária.

PRODUTOS: 2

- ✓ Levantamento Planialtimétrico, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente;
- ✓ Selagem dos Lotes;
- ✓ Arquivo em meio digital de todos os mapas plantas produzidos;
- ✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);
- ✓ Mapa com levantamento planialtimétrico da poligonal, georreferenciado;
- ✓ Mapa com a delimitação da poligonal de regularização fundiária;
- ✓ Mapa com curvas de nível de 1 metro em 1 metro da poligonal e indicação das áreas com declividade de 0%-30%, 30%-45%, e acima de 45%;
- ✓ Mapa com indicação de córregos, nascentes e APPs;

C) PESQUISA DE BASE IMOBILIÁRIA

ESCOPO: Pesquisa de documentos técnicos, administrativos e jurídicos para regularização de Base Imobiliária do assentamento irregular, compreendendo, planta de sobreposição da situação de fato com a situação registral, pesquisa cartorária e identificação das matrículas atingidas pela regularização fundiária; levantamento da planta cadastral junto ao Cadastro Imobiliário Municipal; pesquisa sobre existências de processos judiciais que envolvam a poligonal do Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista; análise das desconformidades fundiárias e conseqüente indicação da solução técnico-jurídica. Comparecimento a reuniões e audiências previamente agendadas perante outros órgãos públicos que se fizerem necessários.

PRODUTOS: 3

- ✓ Planta de sobreposição da situação de fato com a situação fundiária registral, em escala apropriada, de forma a delimitar a poligonal de intervenção e demonstrar as matrículas ou transcrições atingidas;
- ✓ Memorial Descritivo da Poligonal;
- ✓ Relatório contendo as informações fornecidas pelo Cadastro Imobiliário Municipal, bem como informações de processos judiciais envolvendo a poligonal, cópias das Certidões oriundas da pesquisa Cartorária, indicação do número final exato de famílias contempladas pelo projeto
- ✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);

D) ATOS NORMATIVOS E/OU ADMINISTRATIVOS

ESCOPO: Elaboração de documentos técnicos, minutas, administrativos e jurídicos para a regularização judicial ou extrajudicial da situação de posse/propriedade dos imóveis, tais como minutas de projeto de Lei, Decreto ou Portaria, minutas de Termos, Contratos ou requerimentos administrativos, entre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

PRODUTOS: 4

- ✓ Apresentação de Plano de Trabalho de Regularização Fundiária, adequado a legislação em vigor (impresso e em míndia Digital)
- ✓ Cópias de todos os documentos produzidos para viabilizar a execução do projeto, tais como: Leis, Decretos, ficha cadastral de beneficiários, apresentar modelos de todos os documentos produzidos;

2ª FASE: DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A) CADASTRO FISICO

ESCOPO: Elaboração ou atualização de cadastro físico dos imóveis existentes na área objeto de intervenção, compreendendo a identificação, a condificação e a delimitação dos lotes e das edificações existentes na área, a caracterização do uso (residencial, misto, comercial, institucional, de prestação de serviços), as condições gerais de habitabilidade das edificações, entre outros.

PRODUTOS: 5

- ✓ Relatório específico contendo planta cadastral e síntese dos resultados do cadastramento físico, relação dos lotes e domicílios identificados e memorial descritivos de cada lote;
- ✓ Elaboração de croqui identificando lote e localização da edificação, informando o perímetro das edificações em metros quadrados;
- ✓ Planta cadastral (em formato compatível com a plata utilizada pelo municipio) com indicação de lotes, construções (m²), equipamentos públicos, áreas públicas, e áreas não ocupadas e pertencentes ao Bairro;
- ✓ Memorial Descritivo das áreas Públicas e Privadas;
- ✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);
- ✓ Relatório dos trabalhos contendo informações sobre condições das habitações, das áreas públicas e desconformidades urbanísticas-ambientais encontradas em campo.

B) CADASTRO SOCIAL

ESCOPO: Elaboração ou atualização de cadastros socioeconomicos dos moradores, contendo Nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outras informações relevantes ao processo de regularização fundiária. Coleta de documentos dos beneficiários para instrução de processos de regularização fundiária, de acordo com as leis relativas ao instrumento Jurídico utilizado, tais como cópias de RG, CPF, comprovante de residência, Certidão de Casamento. O cadastro deve indicar quando o lote que contiver duas ou mais moradias no mesmo domicílio, se possível o lote deve ser desmembrado e cada beneficiário deve ser cadastrado e na impossibilidade de desmembramento, será constituído condomínio e o cadastro deve contemplar as



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

exigências legais. O cadastramento das famílias deverá gerar as informações necessárias para elaboração da CRF.

PRODUTOS: 6

- ✓ Notificação aos confrontantes e terceiros eventualmente interessados;
- ✓ Relatório contendo síntese dos resultados do cadastramento socioeconômico descritos no formulário de cadastro utilizado, cópia dos documentos de todos os beneficiários no processo de regularização fundiária em formato físico e em meio digital;
- ✓ Banco de dados identificando o lote e o beneficiário do projeto de regularização fundiária nos termos da Lei Federal nº 13.465/17 e Lei Federal nº 6.015/73;
- ✓ Planilha identificando o lote e o beneficiário do projeto de regularização fundiária, nos termos da lei 13.465/17 e lei 6.045/73;
- ✓ Comprovação de notificação dos confinantes e terceiros interessados;
- ✓ Comprovação de notificação dos titulares de domínio ou outro direito real;
- ✓ Banco de dados em meio digital contendo as informações físicas e sociais referentes a cada domicílio/lote e beneficiários;

C) ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL

ESCOPO: Elaboração de estudos técnico ambiental por profissional legalmente habilitado nos termos da Lei Federal nº 13.465/17, para fundamentar, se for o caso, a regularização fundiária das áreas de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ou em Zona de Amortecimento de atividades permitidas em área Urbana de Conservação, compreendendo no mínimo a caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada; a especificação dos sistemas de saneamento básico; a identificação das áreas de riscos; a recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização; comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, considerando e adequando as áreas dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação, quando for o caso comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização fundiária; comparecimento a reuniões previamente agendadas, comparecimento em audiências públicas e perante outros órgãos públicos que se fizerem necessários.

PRODUTOS: 7

- ✓ Relatório de Estudo Técnico Ambiental contendo todos os elementos mencionados, indicando conforme atos compensatórios e conforme o caso, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17 e da legislação Estadual e Municipal em Vigor;
- ✓ Estudo Técnico das áreas de risco, com indicação de áreas que não são passíveis de ser regularizadas, conforme o caso, nos termos da legislação em vigor;
- ✓ Relatório de reuniões e cópia de documentos produzidos;

3ª FASE: APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A) PROJETO URBANÍSTICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

ESCOPO: Elaboração do projeto de regularização fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17, compreendendo as áreas ou lotes a serem regularizados, memorial descritivo de cada lote com identificação das edificações que serão relocadas; as vias de circulação existentes ou via a construir caso necessário e se possível de construção, as outras áreas destinadas a uso público; as medidas necessárias para o bom andamento do processo respeitando a sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, incluindo as compensações urbanísticas e ambientais previstas em Lei. Licenciamento do Projeto de regularização fundiária junto aos órgãos competentes.

PRODUTOS: 8

- ✓ Projeto de Regularização Fundiária (deve atender o previsto no art. 35 da Lei Federal nº 13.465/17);
- ✓ Projeto urbanístico georreferenciado, em escala apropriada, em meios físicos e meio digital, que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17;
- ✓ Memorial Descritivo, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);

B) APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ESCOPO: Obtenção da aprovação da planta de parcelamento do solo junto a municipalidade, obtenção de anuências e licenças ambiental junto ao órgão municipal competente; Apresentação de defesas, justificativas ou informações, quando demandadas, atuação junto a serventias extrajudiciais de notas e registro; Apoio Técnico para obtenção de anuência de confrontantes, titulação dos moradores; Consultoria para obtenção de licenças, certidões, declarações, documentos técnicos no âmbito municipal, estadual e federal, judicial ou extrajudicial; Comparecimento a reuniões previamente agendadas, comparecimento em audiências judiciais e perante outros órgãos públicos que se fizerem necessários.

PRODUTOS: 9

- ✓ Minuta de Decreto de aprovação do Parcelamento de Solo;
- ✓ Planta devidamente aprovada pelo órgão ambiental, anuência ou dispensa emitido pelo órgão ambiental competente CODEMA de São João do Manhuaçu/MG;

4ª FASE: REGISTRO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ESCOPO: Elaboração da CRF – Certidão de Regularização Fundiária para atribuir a propriedade dos imóveis aos possuidores cadastrados, elaboração de termos, contratos ou requerimentos administrativos, expedição de títulos e entrega aos beneficiários finais. Registro dos instrumentos de outorga de direitos reais em favor dos beneficiários finais do processo de regularização fundiária. Protocolo junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Manhuaçu/MG, do projeto de regularização fundiária, bem como pedido de abertura de Matrículas dos lotes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

PRODUTOS: 10

- ✓ Relatório específico contendo síntese dos procedimentos realizados, indicando os títulos expedidos, documentos elaborados, devidamente acompanhada da cópia;
- ✓ Comprovante do registro do loteamento e do pedido de abertura de matrículas para os lotes regularizados;
- ✓ Impressão de diplomas que serão entregues aos beneficiários atestando sua participação no projeto de regularização fundiária de acordo com modelo devidamente aprovado pela área técnica da prefeitura municipal;
- ✓ Entrega dos títulos de propriedades devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis para os beneficiados
- ✓ Audiência Pública de encerramento, prestação de contas e entrega;

6- FISCALIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Os produtos serão avaliados pela equipe Técnica da Prefeitura Municipal e pela Caixa Econômica Federal que verificará a execução efetiva das atividades. O aceite municipal é indispensável ao desbloqueio dos recursos e liberação do pagamento à contratada. Caberá a Prefeitura Municipal avaliar os produtos, emitir parecer declaratório de adequação e prestar contas dos recursos transferidos pela União.

A análise e a avaliação dos produtos entregues serão feitas a partir dos seguintes critérios:

PRODUTO	CRITÉRIOS BÁSICOS DE ANÁLISE
1ª FASE: TRABALHO TÉCNICO PRELIMINAR A) TRABALHO SOCIAL <ul style="list-style-type: none">✓ Relatório de trabalho técnico social (descrição das atividades desenvolvidas realizadas e cópia dos materiais elaborados para mobilizar a comunidade);✓ Atas, Registros Fotográficos, Editais de Convocação (Material elaborado para mobilizar a comunidade);✓ Comprovante de realização de Audiência Pública de lançamento do projeto;✓ Outros documentos comprobatórios da realização do serviço;	<ul style="list-style-type: none">✓ Número de participantes das audiências públicas e consultas públicas, grupos de trabalho ou comitês gestores;✓ Participação de entidades privadas sem fins lucrativos que desempenham relevantes função pública (associações, profissionais, movimentos sociais populares, ONGs, sindicatos, etc) ou órgãos auxiliares da Justiça (como o Ministério Público, CONSEP e a Defensoria Pública, por exemplo), também são importantes parceiros.
B) CARTOGRAFIA BÁSICA <ul style="list-style-type: none">✓ Mapa com levantamento planialtimétrico, com	<ul style="list-style-type: none">✓ Todos os mapas serão elaborados de acordo com as especificações previstas na



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

<ul style="list-style-type: none">georreferenciamento;✓ Mapa com a delimitação da poligonal de regularização fundiária;✓ Mapa com curvas de nível de 1 metro em 1 metro da poligonal e indicação das áreas com declividade de 0%-30%, 30%-45%, e acima de 45%;✓ Mapa com indicação de córregos, nascentes e APPs;✓ Arquivo em meio digital de todos os mapas plantas produzidos;✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);	<p>sessão 7.1 deste Termo de Referência;</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Arquivos impressos e em formato Digital, e todos editáveis;
<p>C) PESQUISA DE BASE IMOBILIÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Planta de sobreposição da situação de fato com a situação fundiária registral, em escala apropriada, de forma a delimitar a poligonal de intervenção e demonstrar as matrículas ou transcrições atingidas;✓ Memorial Descritivo da Poligonal;✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);✓ Relatório contendo as informações fornecidas pelo Cadastro Imobiliário Municipal, bem como informações de processos judiciais envolvendo a poligonal, cópias das Certidões oriundas da pesquisa Cartorária, indicação do número final exato de famílias	<ul style="list-style-type: none">✓ Cópias de todos os documentos de pesquisa elaborados e protocolados;✓ Certidões emitidas pelo Cartório de Registro de Imóveis;✓ Plantas em escala adequada;✓ Arquivos impressos e em formato digital, todos editáveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

contempladas pelo projeto.	
D) ATOS NORMATIVOS/ ADMINISTRATIVOS <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação de Plano de Trabalho, adequado à legislação em vigor (impresso e em mídia digital) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração de modelos de Termos Jurídicos necessários à legitimação da ocupação; ✓ Arquivos impressos e em formato digital, todos editáveis;
2ª FASE: DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA A) CADASTRO FÍSICO <ul style="list-style-type: none"> ✓ Planta cadastral (em formato compatível com a plataforma utilizada pelo município) com indicação de lotes, construções (m²), equipamentos públicos, áreas públicas, e áreas não ocupadas e pertencentes ao Bairro; ✓ Memorial Descritivo das áreas Públicas e Privadas; ✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT); ✓ Relatório dos trabalhos contendo informações sobre condições das habitações, das áreas públicas e desconformidades urbanísticas-ambientais encontradas em campo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relatório específico indicando as desconformidades urbanístico-ambientais, nos termos da Lei ambiental e de regularização fundiária, assinado por profissional qualificado; ✓ Planos em escala adequada; ✓ Arquivos impressos e em meio digital, todos editáveis
B) CADASTRO SOCIAL <ul style="list-style-type: none"> ✓ Relatório contendo síntese dos resultados do cadastramento socioeconômico descritos no formulário de cadastro utilizado, cópia dos documentos de todos os beneficiários no processo de regularização fundiária em formato físico e em meio digital; ✓ Banco de dados indentificando o lote e o 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Banco de dados dos beneficiários geográfico multiusuário; ✓ Arquivo em formato digital, todos editáveis; ✓ Cópias das notificações e comprovantes de recebimentos; ✓ Cópias de impugnações à regularização e das decisões administrativas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

<p>beneficiário do projeto de regularização fundiária nos termos da Lei Federal nº 13.465/17 e Lei Federal nº 6.015/73;</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Comprovação de notificação dos confinantes e terceiros interessados;✓ Comprovação de notificação dos titulares de domínio ou outro direito real;✓ Banco de dados em meio digital contendo as informações físicas e sociais referentes a cada domicílio/lote e beneficiários;	
<p>C) ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Estudo Técnico Ambiental contendo todos os elementos mencionados, indicando conforme atos compensatórios e conforme o caso, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17 e da legislação Estadual e Municipal em Vigor;✓ Estudo Técnico das áreas de risco, com indicação de áreas que não são passíveis de ser regularizadas, conforme o caso, nos termos da legislação em vigor;	<ul style="list-style-type: none">✓ Laudo geológico-geotécnico;✓ Caracterização Ambiental;✓ Caracterização das Áreas de Risco;
<p>3ª FASE: APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</p> <p>A) PROJETO URBANÍSTICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Projeto urbanístico georreferenciado, em escala apropriada, em meios físicos e meio digital, que demonstrará as	<ul style="list-style-type: none">✓ Projeto urbanístico em escala apropriada, com memoriais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

<p>unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17;</p> <p>✓ Memorial Descritivo, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);</p>	<p>✓ Projeto de regularização fundiária completo, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17;</p>
<p>B) APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:</p> <p>✓ Decreto de aprovação do parcelamento do solo;</p> <p>✓ Planta devidamente aprovada pelos órgãos Ambiental competente com anuência ou dispensa;</p>	<p>✓ Cópia do Decreto de Aprovação;</p> <p>✓ Cópia dos documentos de licenciamentos;</p> <p>✓ Planta aprovada pela municipalidade;</p>
<p>4ª FASE: REGISTRO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</p> <p>A) REGULARIZAÇÃO DAS POSSES (TITULAÇÃO E REGISTRO)</p> <p>✓ Relatório específico contendo síntese dos procedimentos realizados, indicando os títulos expedidos, documentos elaborados, devidamente acompanhada da cópia;</p> <p>✓ Comprovante do registro do loteamento e do pedido de abertura de matrículas para os lotes regularizados;</p> <p>✓ Impressão de diplomas que serão entregues aos beneficiários atestando sua participação no projeto de regularização fundiária de acordo com modelo devidamente aprovado pela</p>	<p>✓ Cópias dos protocolos junto o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Manhuaçu/MG;</p> <p>✓ Comprovação dos documentos de entrada de registro para emissão dos títulos de posse;</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

área técnica da prefeitura municipal; ✓ Audiência Pública de encerramento, prestação de contas e entrega;	
--	--

6.1 No que se refere ao imageamento da área a ser regularizada, e para a elaboração da cartografia exigida em Lei, deve-se observar os seguintes parâmetros:

- Deverão ser utilizados parâmetros atuais e vigentes na cartografia brasileira, sendo o Datum SIRGAS 2000 e Projeção Cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM);
- As imagens deverão ser ortorretificadas e isentas de ruídos, manchas, riscos e deformações.
- Resolução radiométrica mínima das imagens originais: 8 (oito) bits;
- As coordenadas deverão ser referenciadas ao sistema geodésio brasileiro e deverão apresentar precisão posicional melhor que 2 cm na planimetria e melhor que 5 cm na altimetria;
- Os eixos de logradouros, quadras, lotes e unidades construídas deverão ser codificados de acordo com a base de dados do cadastro imobiliário urbano do município. Os eixos de logradouros deverão ser vetorizados no centro das vias públicas, as quadras deverão coincidir com as frentes dos lotes, os lotes deverão obedecer a divisas físicas dos lotes, como muros e cercas, quando observados nas ortofotos, e as unidades construídas deverão ser editadas através da projeção da cobertura da edificação;
- Criação do banco de dados geográfico multiusuário que deverá ser plenamente operacional com as informações dos mapas produzidos;
- A equidistância entre curvas de nível deverá ser de 1 metro;
- Utilizar de licenças de software livre, onde o desenvolvimento do sistema deverá ser realizado totalmente com serviços e APIs que não exijam a aquisição de licenças adicionais para o município;
- Permitir acesso a imagens de outros serviços web, tais como Open Street Map, Google, Bing entre outros;
- Apresentar quaisquer camadas sobrepostas, contendo normalmente uma imagem de fundo e mapas geográficos superpostos, com graus de transparência, que podem ser alterados pelo usuário durante a visualização

7 – CRONOGRAMA E ETAPAS DE EXECUÇÃO

O Cronograma da contratação deve ser realizado no prazo de 9 (nove) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

Para que o PRODUTO seja recebido, a Comissão de Regularização Fundiária deverá emitir Parecer Consultivo Analisando o conteúdo do material entregue pela CONTRATADA, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de entrega.

8 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

- Executar os serviços previstos neste Termo de Referência;
- Manter o sigilo e a confidencialidade de quaisquer dados que a CONTRATANTE fornecer e que sejam classificados como CONFIDENCIAIS;
- Devolver a CONTRATANTE todos os materiais por este fornecidos, necessários à realização do Projeto de Regularização Fundiária, nas mesmas condições em que os recebeu a menos de seu desgaste natural ocasionado pelo uso;
- Manter pessoal habilitado e com experiência para executar, adequadamente, todos os serviços contratados;
- Zelar para que a execução dos serviços ocorra em rigorosa obediência às determinações da fiscalização da CONTRATANTE;
- Manter escritório de base junto a comunidade da poligonal a ser regularizada;
- Efetuar as correções nos produtos, de acordo com a solicitação feita pelo município e possíveis correções exigidas pela área técnica do Cartório de Registro de Imóveis;
- Providenciar todos os recursos necessários a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência;

Dentre esses recursos, Cita-se:

- ✓ Servidores de Desenvolvimento;
- ✓ Estação de trabalho para equipe de desenvolvimento responsável pelas adequações;
- ✓ Licenças de uso e atualizações de licenças dos softwares a serem usadas para o desenvolvimento das customizações (computadores, compiladores, ferramentas de debug e testes).

9- OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- Disponibilizar todas as informações de sistemas utilizados atualmente, para que tais dados sejam importados para a base de dados da contratada;
- Definir antecipadamente o Grupo de Trabalho ou Comissão de Regularização Fundiária que participará efetivamente do projeto nomeando por meio de Portaria específica;
- Disponibilizar legislações e demais informações sobre a poligonal objeto da Regularização Fundiária;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

- Analisar os produtos entregues e emitir Termo de Recebimento ou solicitar correções e adequações, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da entrega;

10- FORMA DE PAGAMENTO

Os serviços serão executados mediante emissão de Ordem de Serviços emitida pela CONTRATANTE, que pagará à CONTRATADA de acordo com o Cronograma Físico Financeiro, definido da Ordem de Serviço, após o aceite dos serviços prestados, emissão de Nota Fiscal e vencidos todos os trâmites legais junto a CEF, gestora do Contrato de Repasse Junto a União.

A efetivação do pagamento ocorrerá em até 90 (noventa) dias a partir do trâmite acima descrito.

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0101/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2021

Contrato ____/____, que entre si celebram o Município de **SÃO JOÃO DO MANHUAÇU-MG** e **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na forma abaixo:

Contrato que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG**, inscrito no CNPJ sob o n.º 66.232.521/0001-82, com sede administrativa na Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, n.º 100, Centro de São João do Manhuaçu/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Lúcio Camilo, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF sob o n.º 837.636.516-91, portador da cédula de identidade RG n.º MG 7.620.660 – SSP/MG, domiciliado em São João do Manhuaçu/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa

_____, com sede na _____, n.º _____, no Município de _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

doravante denominada **CONTRATADA**; sob os preceitos da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 10.520/2002, e suas alterações, e mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de elaboração e execução de projetos técnicos de regularização fundiária do Bairro Bela Vista e Bairro Boa Vista em São João do Manhuaçu/MG, conforme contrato de repasse nº 894594/2019/MDR/CAIXA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO

2.1 – Fundamenta-se tal contratação no Processo Licitatório nº 0101/2021, Pregão Eletrônico nº 049/2021, de conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002 e 123/2006 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR GLOBAL

3.1 – **A CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** a importância de R\$ _____ (_____), e o pagamento ocorrerá, após a apresentação do documento fiscal correspondente.

3.2 – O atraso injustificado no pagamento fará incidir juros monetários a razão de 2% (dois por cento) ao mês, calculado sobre o valor da fatura a ser pago, cobrável através de Nota de Débito emitida contra a aqui **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA: FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – O setor competente para receber e fiscalizar, objeto desta licitação, será a Secretaria Municipal de Administração.

4.2 – Para atender aos seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS

5.1 – O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de validade de 09 (nove) meses, a contar da data da assinatura do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES

6.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da adjudicatária/contratada, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 87 da lei 8.666/93:

a) Advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

b) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração conforme, disposto no inciso III, art. 87 da Lei 8.666/93;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.2 – É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Secretário de Administração.

6.3 – A aplicação da declaração de inidoneidade é de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa do contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

6.4 – Na aplicação das penalidades previstas será facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.5 – No caso de não atendimento ao objeto contratado, prevalecerão as seguintes multas:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução dos serviços;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a conseqüente rescisão contratual.

6.6 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

6.7 – As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

7.1 – Responsabilidades do Contratante: O Contratante fica responsável por efetuar os pagamentos ao Contratado de acordo com a cláusula terceira deste contrato.

7.2 – Responsabilidade do Contratado:

a) É de total responsabilidade do licitante todas as despesas relativas a execução do objeto desta licitação.

CLÁUSULA OITAVA: CONDIÇÕES GERAIS

8.1 – Obedecerá aos princípios da lei 8666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

XX
XX

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

10.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular assegurado a contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, inciso I, XII e XVII e § Único do referido artigo da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

10.2 – Nos casos de rescisão do contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 – Fica eleito o foro da comarca de Manhuaçu/MG, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

11.2 – E, por estarem assim justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

São João Do Manhuaçu/MG ____ de _____ de _____.

Contratante
Sérgio Lúcio Camilo
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas: _____ CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

Testemunhas: _____ CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

DEVERÃO CONSTAR NA PROPOSTA OS ITENS ABAIXO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Prezados Senhores,

Estamos apresentando proposta de preços, nos termos seguintes:

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR GLOBAL
01	01	SERV.	Contratação de serviços especializados para elaboração e execução de Projeto Técnico de Regularização Fundiária, composto de levantamento fundiário registral, atualização do levantamento topográfico, elaboração cadastro socioeconômico, medidas administrativas e legais para regularização fundiária em compatibilização com os Projetos de Urbanização e Parcelamento do Solo, Infraestrutura e Assessoria Social, com o objetivo de reunir a documentação necessária à regularização fundiária e urbanística do parcelamento, emissão de títulos de posse/propriedade para o registro dos instrumentos de outorga de direitos reais em favor dos beneficiários em consonância ao objeto do Contrato de Repasse nº 894594/2019 MDR/CAIXA e, termo de referência parte integrante do presente edital e em conformidade pela Lei Federal Nº 13.465/2017, pelo Decreto Federal Nº 9.310/2018 e pela Lei Federal Nº 10.257/2001.	
VALOR TOTAL				

Valor global: () _____

A Apresentação das Propostas de Preços pelas licitantes compreende:

1. Quadro de Planilha Orçamentária Anexo VII;
2. Cronograma Físico-financeiro Anexo VII ;
3. Quadro de Composição de Preços QCI – Anexo VIII;

Declaramos ter total conhecimento das condições da presente licitação e a elas nos submetemos para todos os fins de direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos todos os documentos da licitação.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Validade da proposta: 60 (Sessenta) dias

Local e data:

ASSINATURA RESPONSÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ/MF
Nº _____, sediada na Rua

_____. **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente PREGÃO ELETRÔNICO conforme previsto no artigo 4º, Inciso VII, da Lei 10.520, de 17-07-2002, e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2021.

Nome do Representante Legal:

CI-RG:

CPF/MF:

(Carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

A empresa _____,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por
intermédio de seu representante legal o Sr.
_____, portador da carteira de
identidade nº _____ e do CPF nº _____,
_____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do
art. 27, da Lei. nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não possuímos em nosso quadro pessoal empregado(s) menor de
18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
16(dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de
14(catorze) anos de idade, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do Artigo 7º, da
Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

Nome do Representante Legal:

CI-RG:

CPF/MF:

(Carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992

CNPJ: 66.232.521/0001-82

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO SOB Nº xxx/xxxx

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____; e do CPF nº. _____. DECLARA, para fins do disposto no do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e 147/2014;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e 147/2014.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e 147/2014.

_____, _____ de _____ de 2021.

Rep. Legal:

Cargo:

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006 e 147/2014.